

# *Os Mecanismos Coletivos de Controle Social da Educação nos Municípios Paulistas de Leme e Pirassununga (1998-2003)*

Egle Pessoa Bezerra (Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia - Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Thereza M. De Freitas Adrião).

Este trabalho resulta da pesquisa nacional intitulada ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTERIO (FUNDEF) NO ESTADO DE SÃO PAULO: 1996-2000. Esta pesquisa, financiada pela FAPESP, iniciou-se em 2001 e em sua primeira fase, acompanhou desde 1998, o impacto do FUNDEF na política educacional em trinta e um municípios do estado de São Paulo. A segunda fase desta pesquisa resultou no aprofundamento de temáticas levantadas na etapa anterior, resultando no subprojeto “Análise dos mecanismos e organismos de controle social em educação: perfil e desempenho”, organizado em um projeto interinstitucional, coordenado, entre outros, pela Profa. Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião da UNESP/Rio Claro-SP.

O presente estudo, também financiado pela FAPESP, vinculou-se a este subprojeto e buscou caracterizar os mecanismos adotados para o acompanhamento e fiscalização do FUNDEF nos municípios paulistas de Leme e Pirassununga no período compreendido entre 1998 e 2003. Este período buscou a partir do ano em que se dá a efetivação do FUNDEF nos municípios, favorecer a observação das ações adotadas na política educacional pelas administrações locais. A execução da pesquisa consistiu no levantamento e análise bibliográfica, em trabalho de campo envolvendo prioritariamente, o levantamento de informações a respeito do funcionamento dos Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF (CACS) e dos Conselhos Municipais de Educação (CME), através da realização de questionários, análise de atas de reunião e entrevistas, além de coleta e análise de dados financeiros, educacionais e demográficos necessários ao entendimento do cenário educacional existente no período.

A escolha por Leme e Pirassununga decorreu do fato de serem municípios vizinhos, localizados na região centro-leste do Estado de São Paulo e que foram fundados no século XIX, fazendo parte do eixo de expansão da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. São municípios do mesmo porte sócio-econômico, mas que apresentam diferenças na condução da política educacional. Leme municipalizou gradativamente todas as classes das séries iniciais do Ensino Fundamental a partir de dezembro de 1997, por meio dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado - Secretaria da Educação e a Prefeitura de Leme. Pirassununga municipalizou apenas uma escola, no ano de 2001, apresentando grande resistência para a continuidade do pro-

cesso por parte de setores como o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), o Centro do Professorado Paulista (CPP) e Câmara Municipal de Vereadores.

Com relação aos dados financeiros, verificou-se que o município de Leme “ganha” com os recursos do FUNDEF e Pirassununga “perde” recursos com a vigência deste Fundo. Observou-se também, especialmente em Leme, um aumento do investimento de recursos para o Ensino Fundamental, que se deu a partir do processo de municipalização ocorrido neste município. Tanto em Leme, quanto em Pirassununga, os balanços analisados não apresentaram despesas com Educação de Jovens e Adultos, o que pode ser uma indicação de que as mesmas tenham sido inseridas nas despesas com Ensino Fundamental.

Os prefeitos dos dois municípios sofreram processos judiciais relativos ao uso indevido da verba do FUNDEF, sendo que em Pirassununga, esse processo resultou na cassação do prefeito.

Esta pesquisa buscou caracterizar a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação e do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef em Leme e Pirassununga. Verificou-se que nos dois municípios, o Conselho Municipal de Educação funcionou de modo irregular no período analisado. Em Pirassununga o funcionamento do CME não foi constante e em Leme, não estava ativado.

Com relação ao CACS, no que se refere à forma da composição, no município de Leme, os membros foram indicados pela Secretaria Municipal de Educação e nomeados pelo prefeito. Em Pirassununga, os membros foram indicados por seus pares ao prefeito que os designou para exercer as suas funções.

Nos dois municípios observou-se que os membros representantes da sociedade civil que compõem este Conselho apresentaram dificuldades no que se refere à análise dos dados financeiros, sendo que o conhecimento e as informações necessárias para o desempenho desta função, tendeu a se restringir aos membros representantes do poder executivo. Verificou-se que para obterem um melhor entendimento dos dados a serem analisados, os membros desse Conselho, freqüentemente solicitaram o auxílio de outros órgãos da prefeitura. A dificuldade para analisarem esses dados, se referiu principalmente à falta de um preparo específico desses Conselheiros, em termos de formação e conhecimento sobre o alcance da atuação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef.

Nesse sentido, constatou-se os aspectos positivos de ações voltadas para a formação de Conselheiros, através da experiência do CACS de Pirassununga, que após um período de formação, se mostrou mais preparado a atuar de forma mais autônoma. A ausência do investimento para a formação de conselheiros tem resultado em irregularidades no trato aos recursos financeiros destinados à educação, como as que foram observadas nas prefeituras dos municípios em estudo, que sofreram processos, e que, no caso de Pirassununga, resultou na cassação do mandato do prefeito.

Também observou-se que o Conselho teve uma tendência a atuar de forma mais autônoma quando o Presidente deste órgão foi um representante da sociedade civil, e não um membro do poder executivo. Observou-se que esse fator, em virtude da ausência de vínculos formais com o poder público, possibilitou maiores cobranças e o exercício mais atuante das suas funções. No caso dos Conselhos em que o Presidente era um representante do poder executivo, a atuação do mesmo voltou-se para uma formalização maior, onde as decisões dos assuntos a serem tratados foram centralizados na figura do Presidente.

Embora apresentando dificuldades no trabalho de fiscalização da aplicação dos recursos, os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundef analisados, buscaram formas em que pudessem se contrapor à centralização das decisões e informações, procurando assim, garantir uma atuação efetiva desses Conselhos enquanto espaços de fiscalização da ação do poder executivo e de democratização das decisões sobre os assuntos educacionais locais.